

CAPÍTULO 16

SORORIDADE SELETIVA E EXCLUSÃO VELADA: DESAFIOS INTERSECCIONAIS DE MULHERES EMPRESÁRIAS

Drielly Neres Lúcio

Mestre em Gestão, Educação e Tecnologia pela UEG

Jéssica Sandra Fernandes da Silva

Especialista em Gestão da Inovação e Empreendedorismo - Faculdade Descomplica

Leandro Costa Bonifácio

Graduando Em Relações Internacionais pela Universidade Católica De Brasília (UCB)

Luana Gonçalves Soares

Graduanda em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

Este artigo investiga como a sororidade seletiva e a exclusão simbólica se manifestam nas interações entre mulheres empresárias, problematizando tensões entre discursos de apoio mútuo e práticas que reproduzem desigualdades dentro de redes de empreendedorismo feminino. Inserido no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, ciências sociais aplicadas e estudos organizacionais, o estudo analisa como marcadores sociais — como raça, classe, estética, geração, maternidade e capital social — moldam dinâmicas de pertencimento, acolhimento condicionado e hierarquização entre mulheres, revelando limites da ideia de uma sororidade universal e homogênea. A fundamentação teórica articula a interseccionalidade de Crenshaw (1989) e as críticas de Hooks (1989; 2019) ao feminismo excluente, dialogando com as contribuições de Collins, Hirata (2014) e Piscitelli (2008), além da teoria da complexidade de Morin (2000), que sustenta a necessidade de religar saberes para compreender fenômenos sociais multifacetados. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qual-*quanti*, com predominância qualitativa, que utiliza análise de conteúdo (Bardin, 2016) para investigar sentidos manifestos e latentes nas narrativas. A coleta de dados envolve pesquisa bibliográfica e a realização de um grupo focal com mais de 20 empresárias do Clube das Empresárias, registrado em áudio, vídeo e notas de campo, empregando roteiro semiestruturado composto por perguntas abertas e itens em escala Likert. Essa combinação metodológica possibilita identificar discursos coletivos, tensões emocionais, percepções de pertencimento, e mecanismos de exclusão velada que operam de modo sutil, mas estruturante, nas redes analisadas. Espera-se revelar como valores associados à sororidade podem conviver com práticas de distinção, performatividade do apoio, disputas de visibilidade e fronteiras implícitas de aceitação, reproduzindo desigualdades estruturais mesmo em

ambientes que se proclamam inclusivos. O estudo contribui para ampliar a compreensão crítica sobre as relações entre mulheres no universo empresarial, apontando caminhos para a construção de redes femininas mais plurais, interseccionais e comprometidas com uma sororidade efetivamente transformadora, ancorada em equidade e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Empresárias; Sororidade seletiva; Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

A análise das dinâmicas que estruturam o empreendedorismo feminino contemporâneo exige um olhar que ultrapasse discursos generalistas sobre união e fortalecimento coletivo, especialmente diante das contradições que atravessam a experiência de mulheres em espaços empresariais. A sororidade, amplamente difundida como princípio de apoio mútuo, tem sido mobilizada como símbolo de resistência frente às desigualdades de gênero; no entanto, sua aplicação prática revela tensões que se manifestam por meio de mecanismos sutis de hierarquização, pertencimento condicionado e exclusão simbólica. Esses elementos demonstram que, apesar de difundida como valor universal, a sororidade frequentemente se materializa de maneira seletiva, respondendo a marcadores sociais como raça, classe, estética, maternidade, geração e capital social, que seguem moldando profundamente as relações entre mulheres.

Compreender essa complexidade demanda retomar perspectivas teóricas que interrogam a produção de voz, identidade e legitimidade feminina. Nesse sentido, a obra de Bell Hooks (1989), discutida no primeiro capítulo, ilumina como processos históricos de silenciamento, racialização e subalternização estruturam o modo como mulheres — especialmente mulheres negras — constroem e reivindicam sua presença em espaços públicos e de poder. Erguer a voz, para Hooks (1989), não constitui apenas gesto individual, mas movimento político que desestabiliza normas que pretendem determinar quem pode falar, quem deve ouvir e quais experiências são reconhecidas como conhecimento válido. Essa perspectiva permite compreender que as desigualdades observadas no empreendedorismo feminino não emergem isoladamente, mas se relacionam com longas trajetórias de exclusão simbólica e epistêmica.

A discussão avança no segundo capítulo ao problematizar como, dentro de redes de empreendedorismo feminino, o ideal de sororidade convive com práticas que reproduzem barreiras implícitas. Estudos recentes evidenciam que mulheres que destoam de padrões hegemônicos — seja por raça, classe, aparência, trajetória ou capital social — frequentemente vivenciam acolhimento condicional, sendo percebidas como parte do grupo apenas quando se aproximam de modelos normativos de sucesso. A análise de conteúdo de Bardin (2016) contribui para identificar essas contradições

discursivas, evidenciadas não apenas no que é explicitado, mas também naquilo que se mantém nas entrelinhas: expectativas de comportamento, normas tácitas, disputas simbólicas e fronteiras de pertencimento que estruturam silenciosamente a interação entre mulheres empresárias.

A partir desse cenário, o terceiro capítulo retoma a contribuição de Helena Hirata (2014), cuja compreensão da consubstancialidade das relações de gênero, raça e classe revela que essas dimensões não operam separadamente, mas constituem a própria tessitura das desigualdades sociais. Ao articular essas categorias como estruturantes das experiências de trabalho, Hirata (2014) demonstra que práticas de exclusão velada e sororidade seletiva não são contradições isoladas, mas reflexos de relações sociais que se reproduzem tanto nos espaços formais de trabalho quanto nas redes de apoio entre mulheres. Essa abordagem evidencia que qualquer proposta de sororidade transformadora requer o reconhecimento das diferenças e assimetrias que atravessam a vida das mulheres, sob pena de reforçar, ainda que involuntariamente, lógicas de distinção e hierarquização.

Diante dessas discussões, esta pesquisa tem como objetivo compreender como a sororidade seletiva e a exclusão simbólica se manifestam na trajetória de mulheres empresárias, analisando tensões entre discursos inclusivos e práticas que demarcam quem é acolhida, quem permanece nas margens e sob quais condições a participação se torna possível. Para isso, o estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, com predominância qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo de Bardin (2016) e apoiada em referenciais interseccionais e críticos de autores como Hooks (1989), Crenshaw (1989), Collins (2000), Hirata (2014) e Morin (2000). A coleta de dados inclui pesquisa bibliográfica e a realização de um grupo focal com empresárias do Clube das Empresárias, possibilitando observar discursos coletivos, afetos, disputas simbólicas, normas implícitas e percepções subjetivas relacionadas ao pertencimento em redes femininas.

Ao problematizar o mito da sororidade universal e evidenciar como desigualdades estruturais se reatualizam dentro de espaços que se pretendem igualitários, esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão ampliada das relações entre mulheres no contexto do empreendedorismo. Ao articular dimensões discursivas, simbólicas e estruturais, o estudo pretende oferecer subsídios para a construção de redes femininas que efetivamente incorporem pluralidade, equidade e práticas de solidariedade não performativa, fortalecendo caminhos para uma sororidade crítica, interseccional e comprometida com justiça social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, com predominância qualitativa, buscando compreender como a sororidade seletiva e a exclusão simbólica se manifestam nas experiências de mulheres empresárias em um contexto de interação coletiva. A vertente qualitativa permite apreender sentidos, tensões, emoções e contradições presentes nas

narrativas das participantes, enquanto os elementos quantitativos oferecem indicadores descritivos sobre percepções de pertencimento, acolhimento, participação e exclusão em redes empresariais femininas.

O estudo fundamenta-se no referencial da interseccionalidade (Hooks, Crenshaw, Collins) e emprega a análise de conteúdo de Bardin (2016) como eixo analítico, permitindo identificar conteúdos manifestos e latentes que revelam a coexistência entre discursos de apoio e práticas de exclusão velada. A coleta de dados envolve pesquisa bibliográfica sobre feminismo negro, empreendedorismo feminino, sororidade, interseccionalidade e pertencimento condicional, além da realização de um grupo focal com mais de 20 mulheres empresárias do Clube das Empresárias, cuja dinâmica possibilita observar discursos coletivos, tensões entre falas públicas e percepções íntimas, circulação de normas simbólicas e manifestações espontâneas de apoio, desconforto ou resistência. A sessão do grupo focal, com duração aproximada de 60 a 90 minutos, será mediada por pesquisadoras e registrada em áudio, vídeo e notas de campo para garantir fidelidade ao material empírico.

Para orientar a produção dos dados, será utilizado um roteiro semiestruturado com perguntas quantitativas em escala Likert e questões qualitativas abertas, visando aprofundar percepções e experiências relacionadas a inclusão, exclusão e pertencimento. O tratamento dos dados seguirá as etapas propostas por Bardin — pré-análise, exploração e interpretação — com identificação de categorias analíticas como sororidade seletiva, pertencimento condicionado, performatividade do apoio, exclusão simbólica, marcadores de classe, raça, estética e prestígio, disputas de visibilidade, hierarquias internas e disposições afetivas. A interpretação dialogará com autoras como Hooks, Bardin, Anderson & Anderson (2020), Jeong & Yoo (2022) e estudos sobre pertencimento condicional (2021–2024), permitindo compreender como raça, classe, corpo, capital social e trajetória atravessam as experiências narradas. Por fim, a pesquisa seguirá rigor ético, garantindo consentimento livre e esclarecido, confidencialidade, uso dos dados apenas para fins acadêmicos e atenção à sensibilidade emocional das participantes, considerando que temas como exclusão e pertencimento podem gerar desconfortos.

ERGUER A VOZ: EXPERIÊNCIA, RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM BELL HOOKS

Publicado originalmente em 1989, sob o título Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black, o livro *Erguer a Voz* reúne ensaios autobiográficos e críticos em que Bell Hooks (1989) reflete sobre a construção de sua identidade como mulher negra, intelectual e feminista em uma sociedade estruturada pela opressão de gênero, raça e classe. A obra propõe que erguer a voz não é simplesmente falar: é constituir-se como sujeito, disputar significados e desafiar sistemas que historicamente tentam impor silêncio às mulheres negras. Hooks (1989) articula sua trajetória pessoal — marcada por

uma infância em uma comunidade segregada, por experiências de subalternização e pela busca por espaços de autoria — com questionamentos teóricos sobre feminismo, racismo, poder e educação. Nesse processo, transforma a escrita e a fala em dispositivos políticos que revelam como o pensamento é inseparável da experiência vivida. Desde o início, a autora parte de uma ideia basilar: falar é um ato de resistência e uma prática de liberdade.

A fala como resistência e autodefinição Para Hooks (1989), a fala é o primeiro território onde se disputa poder. O silêncio imposto às mulheres negras é visto como um mecanismo de controle social; esse ato de “retrucar” ou “falar alto” é percebido como afronta, especialmente quando praticado por meninas negras, que eram socializadas para a obediência e para o silenciamento. O silêncio, portanto, não é neutro: ele funciona como um mecanismo de controle social. A autora analisa que esse silenciamento imposto às mulheres negras opera em múltiplas dimensões: Psicológica, porque internaliza a ideia de inferioridade e de não pertencimento; Social, porque impede a participação plena em espaços públicos; Epistêmica, porque nega às mulheres negras o status de produtoras de conhecimento; Política, porque mantém estruturas de poder alicerçadas na ausência de sua voz.

Erguer a voz, assim, não é apenas falar, mas reivindicar o direito de existir como mulher negra em um mundo que tenta negar essa condição. Hooks (1989) mostra que essa retomada da palavra é complexa e dolorosa: envolve coragem para enfrentar punições, hostilidades e a ruptura com normas culturais que valorizam o silêncio como forma de “boa conduta”. Ainda assim, para a autora, erguer a voz é um ato de cura e de autodefinição. Ao falar, mulheres negras desmontam narrativas impostas e constroem novas formas de se ver e de se nomear. A palavra torna-se território de autoria e afirmação.

Experiência, teoria e o pensamento feminista negro Hooks (1989) critica a hegemonia branca e acadêmica no feminismo, argumentando que por muito tempo esse movimento universalizou a experiência de mulheres brancas de classe média como se fosse a experiência de todas. Essa universalização produz apagamento porque desconsidera que raça, classe e gênero se entrecruzam e configuram realidades distintas. Assim, Hooks (1989) insiste que a teoria feminista deve nascer da experiência concreta, especialmente daquelas situadas em posições de marginalização. A autora reivindica que as vivências de mulheres negras — suas lutas cotidianas, seus enfrentamentos ao racismo e ao sexism, seus modos de sobreviver e criar — constituem epistemologias próprias. Esse argumento aproxima Hooks de autoras como Angela Davis, Audre Lorde e Patricia Hill Collins, que defendem que o conhecimento produzido pelas margens é essencial para compreender a totalidade das opressões modernas. Nesse contexto, a noção de interseccionalidade torna-se central. Embora o termo tenha sido cunhado posteriormente por Kimberlé Crenshaw, Hooks (1989) já apontava que as opressões não operam isoladamente: racismo, sexism, pobreza, violência

simbólica e exclusão educacional constroem camadas simultâneas de desigualdade. Entender a experiência das mulheres negras exige reconhecer essa articulação. A trajetória de Carolina Maria de Jesus exemplifica com potência a tese de Hooks (1989) de que a experiência vivida revela dimensões profundas das estruturas sociais e produz conhecimento crítico. Carolina, mulher negra, favelada, trabalhadora e escritora, registrou diariamente o cotidiano de exclusão em *Quarto de Despejo* — um texto nascido da dor, da fome, da maternidade solitária e da resistência cotidiana. Sua escrita, assim como defende Hooks (1989), é teoria constituída: Nasce da necessidade de sobreviver; Revela hierarquias raciais, de gênero e de classe; Renuncia a violência estrutural; Transforma experiência em interpretação social.

Enquanto Hooks (1989) afirma que mulheres negras são produtoras legítimas de conhecimento, Carolina materializa essa afirmação: sua escrita rompe o silêncio imposto às mulheres negras pobres e mostra que a palavra, mesmo quando emerge de espaços de extrema precariedade, possui força política e analítica. Ambas evidenciam que a fala das mulheres negras não é apenas testemunho, mas crítica social — não é só vivência, é pensamento. Carolina e Hooks convergem ao demonstrar que a palavra pode ser arma contra a exclusão e instrumento para construir subjetividade, denunciar injustiças e reinscrever o lugar das mulheres negras na história e na teoria.

Nos ensaios presentes em *Erguer a Voz*, Bell Hooks (1989) retoma e radicaliza pressupostos freirianos sobre a educação, compreendendo-a como uma prática potencialmente libertadora, ainda que marcada por contradições. Para a autora, a educação não é apenas um espaço institucionalizado de transmissão de conhecimentos: é um terreno político, afetivo e ideológico onde se constroem subjetividades, se definem valores e se disputam visões de mundo. Ao criticar o modelo bancário de ensino, Hooks (1989) aponta que a educação tradicional reproduz as hierarquias da sociedade: estabelece relações verticais entre docentes e estudantes; silencia perspectivas marginalizadas; privilegia saberes brancos, masculinos e de classe média; e transforma a sala de aula em ambiente de disciplinamento, não de criação. Essa estrutura reforça desigualdades raciais e de classe, afetando especialmente estudantes negros e pobres, que muitas vezes são vistos como incapazes ou inadequados para o ambiente acadêmico. Em contraposição, a autora propõe uma pedagogia dialógica e crítica, cuja centralidade é o encontro humano. Ensinar, para Hooks (1989), é uma prática ética que exige presença, escuta ativa e sensibilidade. Uma aula verdadeiramente emancipadora deve integrar corpo, emoção, reflexão, diálogo e conflito — elementos que, segundo ela, foram historicamente excluídos do espaço escolar porque desafiam a lógica disciplinar das instituições.

A autora defende que o conhecimento só se torna significativo quando é vivido e quando se reconhece a experiência de todos os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, Hooks (1989) argumenta que a sala de aula deve

ser um espaço onde estudantes negros possam se ver representados, ter suas epistemologias reconhecidas e, principalmente, sentir-se autorizados a falar e questionar. Ao narrar sua trajetória acadêmica, Bell Hooks (1989) revela como a universidade, apesar de ser um lugar de saber, também pode se tornar ambiente de opressão e solidão. A invisibilidade das mulheres negras na academia produz não apenas ausência física, mas ausência de legitimidade epistemológica. Diante disso, a escrita e a fala tornam-se estratégias de sobrevivência intelectual: erguer a voz é resistir ao apagamento e criar espaços onde outras mulheres negras possam existir de forma plena. Assim, para Hooks (1989), educação e libertação são processos interdependentes: uma pedagogia que escuta, acolhe e confronta é ferramenta para a autonomia, para o pensamento crítico e para a criação de novas possibilidades de vida.

O silêncio, o medo e o poder da palavra Hooks (1989) dedica reflexão profunda à compreensão do silêncio como mecanismo social de opressão. O silêncio imposto às mulheres negras não é apenas ausência de fala, mas resultado de séculos de violência simbólica e material. Meninas negras são ensinadas a conter suas emoções, a não confrontar autoridades, a “não fazer barulho” e a aceitar a subalternidade como caminho de sobrevivência. Esse processo produz internalização do medo, da inferioridade e da inadequação. O silêncio, portanto, é uma marca afetiva inscrita no corpo. Ele cria barreiras internas que dificultam a formulação e a expressão da própria subjetividade. Hooks (1989) argumenta que o silêncio não é simplesmente falta de voz, mas um trauma que molda identidades e limita a entrada das mulheres negras em espaços de poder e representação. A ruptura com o silêncio, por sua vez, é um movimento profundamente doloroso. Exige desaprender medos antigos, romper padrões familiares e comunitários, enfrentar hostilidades e assumir a vulnerabilidade. Falar significa arriscar-se, porque toda palavra proferida por uma mulher negra carrega o peso histórico de desafiar discursos dominantes. Ainda assim, erguer a voz é, para Hooks (1989), um processo de cura psicológica e espiritual. Ao falar, mulheres negras reconstruem sua autoestima, recuperam memórias negadas e restituem sua dignidade. A fala torna-se instrumento de elaboração da dor e de afirmação da existência — um recurso transformador que permite reorganizar a própria história. Além disso, falar é uma intervenção política. Toda vez que uma mulher negra toma a palavra, ela quebra uma lógica estrutural que tenta torná-la invisível. A fala assume caráter performativo e insurgente: revela, denuncia, questiona e cria novas possibilidades de identidade e ação coletiva.

Raça, gênero, classe e amor como práticas políticas A reflexão de Hooks (1989) sobre interseccionalidade evidencia que não há possibilidade de emancipação se raça, gênero e classe forem tratados isoladamente. A autora demonstra que mulheres negras enfrentam opressões simultâneas: sofrem racismo em espaços feministas, machismo dentro de suas comunidades e desigualdade econômica em uma sociedade capitalista que se alimenta da exploração. Essa compreensão complexa das opressões

exige formas igualmente complexas de resistência. Nesse contexto, Bell Hooks (1989) introduz um conceito profundamente radical: o amor como prática política. O amor não é concebido como afeto romântico, mas como postura ética que sustenta vínculos, produz solidariedade e rompe lógicas de dominação. Para a autora, o amor exige comprometimento, responsabilidade, honestidade e escuta ativa. Amar implica reconhecer a humanidade do outro, compreender suas dores e lutar contra estruturas que negam sua dignidade. É um gesto revolucionário, porque se opõe à lógica capitalista individualista e às hierarquias raciais e de gênero.

Quando o amor é praticado de forma consciente e crítica, torna-se ferramenta de transformação social. Hooks (1989) argumenta que comunidades negras, historicamente feridas pela violência racial, precisam do amor para reconstruir relações, promover cura e fortalecer resistências. O amor é a base de uma pedagogia transformadora, de um feminismo inclusivo e de práticas coletivas que visam à libertação. Ele orienta ações, possibilita alianças e impede que a luta reproduza a violência que busca superar. Ao afirmar que o amor é político, Hooks (1989) desloca o debate feminista para a esfera ética e relacional, mostrando que a justiça social só se concretiza quando os vínculos humanos são cultivados de modo igualitário e solidário. .

A autora demonstra que a fala rompe o isolamento, fortalece vínculos e possibilita a construção de comunidades de cuidado e crítica. Quando mulheres negras tomam a palavra, elas quebram narrativas opressoras, desconstroem imagens estigmatizadas e forjam novas formas de subjetividade e ação coletiva. Pensar como feminista, para Hooks (1989), é necessariamente pensar como negra: uma perspectiva que identifica, confronta e transforma interseccionalidades que moldam a vida social. A liberdade começa quando a palavra se torna espaço de verdade, quando a experiência se converte em conhecimento e quando a voz se torna instrumento de elaboração crítica e de criação de mundos possíveis. Assim, erguer a voz é mais do que falar: é existir de forma plena, é desafiar estruturas, é produzir teoria e é construir caminhos de libertação.

SORORIDADE, EXCLUSÃO SIMBÓLICA E INTERSECCIONALIDADE NO EMPREENDEDORISMO FEMININO

A compreensão das dinâmicas que estruturam o empreendedorismo feminino contemporâneo exige um olhar atento aos discursos que circulam entre mulheres, especialmente aqueles que se apoiam no ideal de sororidade. Nos últimos anos, esse conceito se fortaleceu como um lema político e afetivo, evocando união, apoio mútuo e resistência diante das estruturas patriarcais. Contudo, à medida que se difundiu, a sororidade também passou a conviver com formas mais sutis de exclusão, dando origem ao fenômeno da sororidade seletiva — um tipo de solidariedade condicionada a marcadores sociais como classe, raça, estética e capital social. Assim, torna-se fundamental compreender como discursos de inclusão podem

coexistir com práticas de exclusão simbólica dentro de redes supostamente igualitárias.

Segundo Bardin (2016), os discursos não apenas comunicam ideias: eles constituem espaços simbólicos nos quais valores, crenças e contradições são organizados. Em seu entendimento, a análise de conteúdo possibilita identificar tanto o que é dito explicitamente quanto os significados que operam de maneira implícita, revelando tensões entre a intenção discursiva e a prática social. Essa perspectiva é essencial para compreender a sororidade no empreendedorismo feminino, pois permite identificar padrões de acolhimento e de rejeição que não são verbalizados abertamente, mas que emergem nas entrelinhas das experiências narradas por mulheres empresárias.

De acordo com Jeong e Yoo (2022), o discurso da sororidade tem sido apropriado de forma “superficial e performática” em muitos contextos, especialmente no campo do empreendedorismo social. As autoras observam que, embora as mulheres mobilizem narrativas de apoio e coletividade, essas narrativas frequentemente reproduzem desigualdades estruturais que permanecem intocadas. Anderson e Anderson (2020), ao analisarem o empreendedorismo feminino no Sul Global, também destacam que iniciativas de empoderamento e redes de mulheres tendem a favorecer perfis específicos — geralmente brancos, de classe média e com acesso a determinados capitais econômicos e educacionais — invisibilizando outras trajetórias.

Essa invisibilização constitui aquilo que alguns autores denominam de exclusão simbólica. Em seu estudo sobre empresárias racializadas, The Invisible Racialized Minority Entrepreneur (2022) demonstra que, mesmo quando mulheres negras ou periféricas conseguem acessar espaços empresariais, seu pertencimento é frequentemente condicionado: elas são aceitas desde que não contestem normas tácitas de comportamento, estética e origem social. Esse tipo de exclusão não se manifesta pela negação explícita, mas pela criação de fronteiras simbólicas que limitam sua participação plena. Allen et al. (2021) reforçam esse fenômeno ao

discutir o sentimento de pertencimento condicional entre mulheres negras em posições de liderança após 2020; segundo os autores, existe uma tensão permanente entre o discurso de inclusão e as microbarreiras que reforçam a hierarquia racial.

Nesse contexto, a interseccionalidade emerge como um referencial indispensável. As múltiplas opressões que atravessam as experiências de mulheres empreendedoras — como raça, classe, gênero, sexualidade e território — produzem impactos diretos no acesso a oportunidades e no reconhecimento dentro das redes de apoio. O estudo Towards Inclusive Entrepreneurship (2024) evidencia que políticas e práticas que ignoram essas diferenças acabam reforçando desigualdades históricas, mesmo quando revestidas de discursos progressistas. Já a revisão sistemática apresentada em Feminisms and Entrepreneurship (2024) argumenta que o campo do

empreendedorismo precisa recuperar debates feministas interseccionais, sob risco de tratar a “mulher empreendedora” como uma figura homogênea, que, na prática, representa apenas um grupo específico.

Assim, ao analisar narrativas de mulheres empresárias por meio da abordagem de Bardin (2016), torna-se evidente que a sororidade seletiva opera através de mecanismos simbólicos que naturalizam a exclusão. As experiências relatadas mostram que, embora haja um forte discurso de união, algumas mulheres sentem que só pertencem a determinados grupos se se adequarem a padrões hegemônicos. Outras descrevem tentativas de aproximação que não foram bem recebidas, pois eram percebidas como distantes do “ideal de sucesso” cultivado por redes empresariais femininas. Esses relatos ilustram o que Bardin denomina de contradições discursivas, nas quais o dito e o não dito se complementam para formar uma estrutura simbólica de poder.

A coexistência entre inclusão discursiva e exclusão velada torna-se ainda mais evidente quando observada sob a lente da interseccionalidade. Mulheres negras, indígenas, periféricas, trans e com corpos não hegemônicos relatam, de forma recorrente, que o discurso de sororidade raramente se traduz em apoio concreto às suas vivências. Muitas vezes, afirmam sentir-se “toleradas, mas não acolhidas”, o que dialoga diretamente com as conclusões de Allen et al. (2021). Trata-se de uma inclusão condicionada, que reafirma desigualdades exatamente nos espaços que deveriam combatê-las. Quando analisadas de acordo com o método de Bardin (2016), essas narrativas apresentam padrões discursivos semelhantes, apontando para a presença de uma sororidade performativa e não estrutural.

Do ponto de vista social, esse debate é crucial. A noção de sororidade, quando adotada de maneira superficial, corre o risco de se tornar apenas um símbolo de pertencimento e marketing coletivo, desvinculado de práticas reais de transformação. Já quando compreendida

a partir de uma perspectiva interseccional, pode se tornar uma ferramenta política potente, capaz de questionar desigualdades históricas e construir redes mais diversas e inclusivas. Para isso, no entanto, é necessário que as mulheres reconheçam seus diferentes pontos de partida e se comprometam com uma prática de solidariedade que não seja seletiva, mas socialmente responsável.

A análise das tensões entre sororidade, exclusão simbólica e interseccionalidade no empreendedorismo feminino revela que, embora o discurso da união entre mulheres tenha ganhado força, ele ainda convive com formas veladas de hierarquização e silenciamento. A partir da perspectiva metodológica de Bardin (2016), torna-se claro que essas contradições emergem não apenas nas relações práticas, mas principalmente nos discursos que estruturam o imaginário do empreendedorismo feminino. As referências recentes analisadas — como Jeong e Yoo (2022), Allen et al. (2021), Anderson e Anderson (2020) e os estudos de 2022 e 2024 —

reforçam que a inclusão plena só se materializa quando as diferenças interseccionais são reconhecidas e acolhidas. Assim, este capítulo demonstra que a construção de redes femininas verdadeiramente transformadoras requer a superação da sororidade seletiva e a adoção de práticas comprometidas com justiça social, diversidade e equidade.

GÊNERO, TRABALHO E INTERSECCIONALIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE HIRATA PARA COMPREENDER A EXCLUSÃO VELADA NO EMPREENDEDORISMO FEMININO

A compreensão das desigualdades presentes no empreendedorismo feminino demanda uma abordagem que considere não apenas a presença das mulheres nos espaços empresariais, mas também as camadas estruturantes que organizam suas trajetórias. Nesse sentido, a perspectiva de Helena Hirata sobre a consubstancialidade das relações sociais de gênero, raça e classe oferece uma lente crítica fundamental para analisar como práticas de exclusão velada e sororidade seletiva se manifestam entre mulheres empreendedoras. Ao afirmar que essas dimensões não atuam de forma isolada, mas se articulam de maneira indissociável, Hirata (2014) evidencia que qualquer experiência de trabalho vivida por mulheres é atravessada por relações sociais que produzem hierarquias e posições diferenciadas de poder. Essa abordagem permite interpretar os relatos de empresárias que, embora circulem em ambientes discursivamente orientados pela inclusão, vivenciam barreiras simbólicas que limitam seu pertencimento em redes femininas.

Ao observar o empreendedorismo feminino a partir dessa perspectiva, percebe-se que a sororidade, frequentemente evocada como princípio de união entre mulheres, é tensionada pela permanência de estruturas desiguais que moldam a forma como esse apoio se materializa. Estudos recentes corroboram essa tensão. O trabalho de Marlow e Swail (2020) demonstra que redes de empreendedorismo feminino reproduzem padrões clássicos de distinção baseados em capital econômico e social, reforçando que o acesso ao “círculo da sororidade” nem sempre é universal, mas condicionado a atributos socialmente valorizados. Nesse sentido, a contribuição de Hirata se torna essencial, pois sua compreensão das relações sociais como coextensivas revela que discursos de igualdade podem ocultar práticas seletivas que perpetuam desigualdades de raça e classe dentro desses espaços.

Da mesma forma, Lewis, Benschop e Harnois (2021) apontam que grande parte das iniciativas de empoderamento feminino no campo empresarial tende a adotar narrativas pós-feministas, que enfatizam autonomia individual e meritocracia, minimizando os efeitos estruturais de opressões interseccionais. As autoras destacam que essa “neutralização” das diferenças torna a sororidade uma prática frequentemente performativa, incapaz de acolher plenamente mulheres que fogem do modelo hegemônico de empresária, geralmente branca, escolarizada e situada na classe média

urbana. Essa análise dialoga diretamente com a crítica de Hirata à tendência de se pensar gênero de maneira isolada, desconsiderando a imbricação com desigualdades raciais e econômicas que influenciam profundamente a experiência do trabalho.

Além disso, pesquisas recentes dedicadas ao estudo do empreendedorismo racializado reforçam o caráter condicional do pertencimento de mulheres negras nesses ambientes. McAdam e Treanor (2022) argumentam que, para empreendedoras racializadas, o acesso às redes femininas é atravessado por fronteiras simbólicas que delimitam quem pode ocupar determinados espaços de visibilidade e influência. Elas são acolhidas enquanto performam padrões de comportamento e estética coerentes com expectativas hegemônicas, mas enfrentam resistência quando mobilizam discursos que tensionam desigualdades raciais. Essa constatação se aproxima diretamente da compreensão de Hirata sobre as relações sociais de poder, nas quais a raça opera como marcador estruturante que define a posição social das mulheres no mundo do trabalho.

As discussões sobre a seletividade nas redes femininas também são aprofundadas por Mehta e Sarpong (2023), que analisam práticas de exclusão simbólica em iniciativas de networking voltadas a mulheres empreendedoras. Os autores identificam que a retórica da sororidade é utilizada como estratégia de fortalecimento coletivo, mas sua aplicação cotidiana revela barreiras implícitas que restringem o acesso a oportunidades de mentorias, parcerias e financiamentos. Tais barreiras, embora raramente verbalizadas, evidenciam o que Hirata descreve como a reprodução de desigualdades estruturais dentro das próprias relações sociais que deveriam combatê-las.

No mesmo raciocínio, Díaz-García, Welter e del Mar Alonso-Almeida (2024) sugerem que a adoção de discursos inclusivos por redes de apoio ao empreendedorismo feminino não impede a presença de dinâmicas de competição e hierarquização baseadas em classe e reputação social. As autoras demonstram que, mesmo em contextos que se autodeclararam feministas ou interseccionais, persiste uma lógica seletiva que privilegia trajetórias consideradas “exemplares” e marginaliza experiências associadas à maternidade solo, à pobreza, à racialização ou à dissidência de gênero. Essas conclusões reforçam a leitura de Hirata de que as desigualdades nas relações sociais não apenas estruturam o mercado de trabalho, mas também moldam as interações e representações simbólicas entre mulheres no ambiente empresarial.

Ao analisar essas evidências à luz da abordagem consubstancial de Hirata, torna-se possível compreender por que a sororidade seletiva se manifesta com tanta força no empreendedorismo feminino. As relações sociais de gênero, classe e raça não são dimensões externas ao sujeito, mas estruturam sua trajetória e posicionamento nos espaços de poder. Assim, mulheres que ocupam posições sociais diferenciadas constroem modos igualmente diferenciados de exercer e receber sororidade. Aquelas situadas

em posições mais privilegiadas tendem a interpretar a união feminina como um projeto universal, enquanto mulheres que vivenciam opressões interseccionais percebem que essa união frequentemente não as contempla de maneira integral.

Essas contradições tornam evidente que uma sororidade verdadeiramente transformadora não pode ser construída sem o reconhecimento das desigualdades que atravessam as relações sociais entre mulheres. A partir da contribuição teórica de Hirata, é possível afirmar que a superação da sororidade seletiva exige práticas que vão além do discurso afetivo e se enraízam em ações concretas de redistribuição de poder, abertura de oportunidades, reconhecimento das diferenças e criação de espaços que acolham experiências plurais. O empreendedorismo feminino, ao se reorganizar a partir dessa perspectiva, pode transformar-se em um espaço de solidariedade não performativa, mas profundamente comprometida com justiça social, equidade e diversidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise de conteúdo realizada a partir do corpus obtido, orientada pelas etapas sistematizadas por Bardin, revela um cenário amplo, multifacetado e marcado por tensões profundas entre o discurso de sororidade e a prática cotidiana nas redes de empreendedorismo feminino. Embora a sororidade seja enunciada como princípio ético, como um ideal mobilizador de união entre mulheres e como valor central em redes femininas contemporâneas, os achados demonstram que sua materialidade prática é permeada por desigualdades, disputas simbólicas, mecanismos de exclusão e fronteiras implícitas de pertencimento. O que se apresenta não é um campo homogêneo, mas um terreno marcado pela coexistência entre apoio e competição, acolhimento e silenciamento, colaboração e individualismo — uma configuração que confirma o princípio da dialógica de Morin, segundo o qual elementos opostos não se anulam, mas estruturam o real social, produzindo tensões constitutivas.

Os dados quantitativos reforçam esse diagnóstico ao evidenciar a fragilidade do sentimento de pertencimento nas redes femininas de negócios. Apenas 26,8% das participantes afirmam sentir-se plenamente incluídas, enquanto percepções de pertencimento parcial, instável ou inexistente ultrapassam 60% das respostas. Tal dado contraria a retórica amplamente disseminada de que grupos femininos seriam naturalmente acolhedores ou intrinsecamente empáticos. Em contraste com esse ideal, o que se observa é que grande parte das empreendedoras experiência as redes femininas como espaços atravessados por critérios implícitos de validação, disputas internas e dinâmicas de inclusão condicionada.

Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando se observa que 34,1% das mulheres relatam já ter vivido exclusão, invisibilização ou tratamento hostil em ambientes compostos por outras mulheres. Esse percentual expressivo dá corpo ao argumento de Hooks, que afirma que a

solidariedade entre mulheres não nasce automaticamente da partilha do gênero; ao contrário, precisa ser construída politicamente a partir do reconhecimento das desigualdades históricas que atravessam o coletivo feminino. Hooks adverte que mulheres não ocupam as mesmas posições sociais, não enfrentam as mesmas opressões e não dispõem das mesmas condições materiais; portanto, alianças entre mulheres só podem ser sólidas se confrontarem, e não esconderem, essas diferenças estruturais.

A centralidade dos marcadores sociais de diferença aparece de maneira contundente na pesquisa. Cerca de 78% das participantes reconhecem que fatores como aparência, corpo, classe social, raça, maternidade e influência impactam diretamente o acolhimento nas redes femininas. As respostas qualitativas revelam que mulheres negras, gordas, periféricas, mães solo, iniciantes no empreendedorismo ou fora dos padrões estéticos hegemônicos vivenciam maiores níveis de julgamento, comparação e pressão para “encaixar-se” em um certo modelo de feminilidade socialmente desejada. Esse fenômeno, que combina vigilância estética, policiamento moral e aferição constante de valor, constitui uma forma contemporânea de controle simbólico no interior do próprio grupo feminino. A consubstancialidade teorizada por Hirata se confirma de modo explícito: gênero, raça e classe não se somam, elas se entrelaçam, produzindo desigualdades específicas e moldando as condições de acesso, legitimidade e permanência das mulheres nos espaços de empreendedorismo.

As falas das empreendedoras aprofundam e dão densidade humana aos dados estatísticos. Uma delas declara: “Acredito que falta algo que nos faça sentir seguras para abrirmos ideias sendo respeitadas. Tudo contribui hoje para o esgotamento emocional: maternidade, falta de um parceiro de verdade, trabalho, equipe, situação financeira. Muito difícil tudo. Existe muita competição por pouca coisa e falta de compreensão.” Essa fala expressa o entrelaçamento entre vulnerabilidade emocional, sobrecarga cotidiana, expectativas de produtividade e ausência de apoio genuíno. Mostra também que a experiência de não pertencimento vai além da dimensão simbólica — ela repercute diretamente na saúde mental, na motivação e na capacidade de sustentar um empreendimento em meio à dupla (ou tripla) jornada que caracteriza a vida de muitas mulheres.

Outro depoimento evidencia o desejo por um apoio mais realista e menos performático: “Para mim, sororidade dentro do empreendedorismo feminino é sobre apoio real e não apenas discurso bonito. É entender que cada mulher carrega desafios próprios — conciliar trabalho, maternidade, rotina, expectativas, medo de falhar — e ainda assim escolher não competir, mas somar.” Essa afirmação revela que boa parte das empreendedoras reconhece a complexidade da vida feminina e entende que a sororidade deveria incorporar essa complexidade, não ignorá-la. A sororidade, para essas mulheres, não se resume a slogans motivacionais, mas envolve reconhecer vulnerabilidades, validar experiências e construir ambientes que acolham múltiplas realidades.

No entanto, o que se observa na prática é a presença de microprocessos de exclusão, frequentemente sutis, mas persistentes. Esses mecanismos, como olhares de julgamento, interrupções, falta de espaço para fala, ausência de convites para certos eventos ou decisões, apoio condicional e conversas paralelas, configuram expressões de exclusão velada que operam sem se apresentarem explicitamente como rejeição. São práticas silenciosas, mas eficazes, que delimitam fronteiras de quem está “dentro” e quem permanece à margem. Trata-se do conteúdo latente descrito por Bardin: aquilo que estrutura silenciosamente as relações e que muitas vezes não pode ser nomeado diretamente pelas participantes, embora seja profundamente sentido.

Outro aspecto emergente e inesperado é o impacto da maternidade como eixo de desigualdade interna. Mães relatam cobranças mais intensas, sentimento de culpa, dificuldade de participação em eventos e julgamentos sobre sua disponibilidade ou aparência. A maternidade, portanto, funciona simultaneamente como fonte de força e como critério silencioso de deslegitimização, revelando a insuficiência de discursos femininos que não consideram a materialidade da vida das mulheres.

Os dados também revelam um fenômeno crescente: a sororidade performativa. Apenas 7,3% das mulheres afirmam perceber práticas consistentes de apoio mútuo no cotidiano, enquanto 61% já identificaram comportamentos de apoio transacional, condicionado a interesses ou mobilizado apenas quando convém. Esse distanciamento entre discurso e prática transforma a sororidade em capital simbólico — uma marca identitária valorizada publicamente, mas pouco incorporada nas relações reais. O alerta de Crenshaw sobre o risco de tratar “mulheres” como categoria homogênea torna-se especialmente pertinente: discursos universalistas encobrem desigualdades, apagam diferenças e podem funcionar como instrumentos de manutenção de hierarquias internas.

Outro ponto que se destaca é que a saúde mental surge como dimensão transversal e central nas narrativas. Embora a pesquisa não tenha abordado diretamente o tema, as participantes espontaneamente mencionam ansiedade, fadiga, exaustão, insegurança, comparação constante, sensação de inadequação e medo de julgamento. Esses elementos revelam que a exclusão velada e a performatividade da sororidade não são problemas apenas simbólicos, mas fatores que impactam profundamente o bem-estar e a permanência das mulheres nos negócios. O empreendedorismo feminino, ao contrário da narrativa idealizada de liberdade e autonomia, aparece como espaço de vulnerabilidade emocional, marcada por cobranças internas e externas e pela ausência de redes autênticas de apoio.

A importância da pesquisa torna-se evidente na fala de uma das participantes, que afirma: “Falar de sororidade com verdade é quebrar um tabu que atravessa gerações e isso já é um ato de mudança.” Esse reconhecimento demonstra que discutir conflitos entre mulheres não significa deslegitimar a luta feminista, mas ampliá-la, tornando-a mais honesta,

interseccional e transformadora. Romper o silêncio sobre tensões internas é parte fundamental do processo de construção de redes mais plurais e solidárias.

Embora tensões, desigualdades e dores sejam fortemente expressas nos resultados, o estudo também evidencia experiências reais de apoio, acolhimento e fortalecimento mútuo. Algumas empreendedoras relatam parcerias duradouras, trocas significativas e espaços de escuta horizontal. No entanto, essas vivências aparecem como excepcionais e não como a

prática dominante, configurando um cenário em que sororidade e exclusão coexistem de forma interdependente. Morin descreve tal coexistência como característica dos sistemas complexos: elementos opostos não eliminam uns aos outros, mas se entrelaçam, produzindo dinâmicas paradoxais.

A partir da integração dos dados, torna-se claro que a sororidade seletiva não é resultado de falhas morais individuais, mas produto de estruturas sociais internalizadas e reproduzidas por mulheres em suas relações cotidianas. Padrões estéticos normativos, desigualdades raciais e de classe, expectativas de alta performance, competição silenciosa, maternidade não compartilhada, redes sociais como vitrines comparativas, medo de julgamento e insegurança econômica moldam profundamente quem é legitimada, quem é ouvida e quem é sistematicamente filtrada para a margem.

Com base nisso, torna-se evidente que qualquer proposta de sororidade verdadeiramente transformadora precisa reconhecer diferenças internas, redistribuir voz, acolher vulnerabilidades, valorizar trajetórias diversas e enfrentar criticamente as estruturas que produzem desigualdades entre mulheres. Mais do que discurso, a sororidade precisa se tornar prática encarnada, coletiva, política e interseccional.

Em síntese, o estudo demonstra que a sororidade no empreendedorismo feminino não é um estado consolidado, mas um território vivo, marcado por contradições, disputas e possibilidades. Ela se revela menos como uma realidade dada e mais como um processo em construção — um campo situado entre o ideal e o vivido, entre a promessa e a prática. Reconhecer essa complexidade é o passo fundamental para transformar a sororidade de uma narrativa motivacional em ação coletiva capaz de desestabilizar desigualdades históricas e construir redes verdadeiramente éticas, justas e emancipatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca da sororidade seletiva no contexto do empreendedorismo feminino evidencia um campo relacional marcado por contradições, ambivalências e disputas simbólicas que desafiam discursos hegemônicos de unidade e apoio mútuo entre mulheres. Ao longo desta pesquisa, tornou-se perceptível que a sororidade, quando reduzida a slogan motivacional ou a retórica homogênea, torna-se incapaz de abranger a

complexidade do viver feminino, sobretudo em um país estruturado por desigualdades de classe, gênero e raça. A análise dos dados quali-quantitativos, aliada às críticas interseccionais discutidas nos referenciais teóricos, revela que a ideia de uma sororidade universal se fragiliza quando confrontada com práticas sutis — e, por vezes, explícitas — de exclusão, performatividade, controle estético e validação seletiva nas redes de mulheres.

Observou-se que a presença de apoio, acolhimento e colaboração existe, mas se manifesta de forma desigual e condicionada. Mulheres que se aproximam de padrões hegemônicos de feminilidade, sucesso e comportamento tendem a ser mais aceitas e legitimadas, enquanto aquelas situadas fora dessas referências enfrentam maiores barreiras de reconhecimento e pertença. Esse movimento corrobora o argumento de que não há neutralidade nas interações, mas processos socialmente situados, historicamente construídos e constantemente atualizados a partir de marcadores como raça, maternidade, estética, capital social e classe. A consubstancialidade de gênero, raça e classe, discutida por Hirata, e as críticas de Hooks ao feminismo excludente sustentam a compreensão de que a solidariedade feminina não emerge espontaneamente do compartilhamento do gênero, mas demanda enfrentamento das assimetrias internas que atravessam a experiência coletiva das mulheres.

Somam-se a esse cenário os impactos emocionais e subjetivos identificados nos relatos das participantes. A tensão entre pertencimento e inadequação, a cobrança silenciosa por desempenho exemplar, o receio de julgamento e a competição disfarçada compõem um ambiente onde muitas empreendedoras experimentam vulnerabilidade e exaustão, em contraste com narrativas de empoderamento que idealizam o empreendedorismo como espaço de autonomia plena. Evidencia-se, portanto, que as redes femininas, embora carreguem enorme potencial de transformação, podem reproduzir lógicas de exclusão historicamente direcionadas às próprias mulheres — agora reconfiguradas como micropráticas cotidianas e naturalizadas.

A análise também aponta para a existência de uma sororidade performativa, sustentada em gestos superficiais, reconhecimento público ou alianças utilitaristas. Tal performatividade opera como capital simbólico e revela uma dissonância entre discurso e prática que fragiliza os princípios éticos da solidariedade. Reconhecer essa performatividade não implica negar conquistas ou desqualificar iniciativas femininas, mas compreender que a transformação social exige coerência entre valores proclamados e ações efetivamente encarnadas nos territórios relacionais.

Diante desse quadro, conclui-se que a sororidade, para ser ética e transformadora, precisa deslocar-se do plano discursivo para o compromisso político de redistribuir voz, legitimar experiências plurais, acolher a complexidade das trajetórias femininas e considerar as desigualdades estruturais como parte constitutiva das relações internas às redes de mulheres. Trata-se de compreender a sororidade não como consenso

idealizado, mas como prática coletiva de enfrentamento, responsabilização e construção de horizontes de equidade.

Infere-se, portanto, que a construção de redes femininas mais plurais e interseccionais não ocorrerá espontaneamente, mas exige intencionalidade, disposição ao diálogo e reeducação para a convivência com diferenças. É necessário substituir a expectativa de homogeneidade pela ética do dissenso respeitoso; a comparação constante pela cooperação real; a romantização da união pela crítica às estruturas que ainda atravessam as relações entre mulheres. Assim, torna-se fundamental reconhecer vulnerabilidades, desnaturalizar privilégios, problematizar critérios tácitos de validação e promover práticas pedagógicas de escuta e partilha.

Por fim, esta pesquisa contribui para deslocar o debate sobre sororidade do campo das idealizações para o terreno das relações concretas, revelando seus limites, tensões e possibilidades. Se a sororidade ainda não se consolidou plenamente como experiência vivida, os dados indicam que ela permanece em construção — atravessada por desejos, conflitos e aprendizagens coletivas. O potencial transformador desse conceito depende, sobretudo, da capacidade de reconhecer as contradições que o constituem e convertê-las em oportunidades para redefinir o modo como mulheres se enxergam, se relacionam e se sustentam mutuamente em suas trajetórias pessoais e profissionais. Conclui-se que o caminho para uma sororidade crítica e emancipatória passa pela coragem de falar sobre o que dói, o que separa e o que silencia, pois somente ao tornar visíveis as fraturas internas torna-se possível construir redes que, de fato, acolham a pluralidade das mulheres e contribuam para justiça social e equidade.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, K. A. et al. **Belonging Among Black Women DEI Leaders Post the 2020 Social Justice Movement.** *Education Sciences*, v. 15, n. 8, p. 1002, 2021.
- ANDERSON, A.; ANDERSON, J. **Women's Entrepreneurship in the Global South: Empowering and Emancipating?** *Administrative Sciences*, v. 10, n. 4, p. 87, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- DÍAZ-GARCÍA, C.; WELTER, F.; ALONSO-ALMEIDA, M. M. del. **Gendered ecosystems and women entrepreneurs:** a multidimensional perspective. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, v. 16, n. 1, p. 23-41, 2024.
- FEMINISMS AND ENTREPRENEURSHIP: A Systematic Literature Review Investigating a Troubled Connection.** *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 20, p. 3081–3112, 2024.
- HIRATA, H. **Gênero, classe e raça:** interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014.

- HOOKS, Bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019. (Obra original publicada em 1989 como Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black.)
- HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.
- JEONG, E.; YOO, H. **A Systematic Literature Review of Women in Social Entrepreneurship.** Service Business, v. 16, p. 935–970, 2022.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.
- LEWIS, P.; BENSCHOP, Y.; HARNOIS, C. A. Feminism, postfeminism and entrepreneurship: a global (re)view. International Small Business Journal, v. 39, n. 1, p. 3–22, 2021.
- MARLOW, S.; SWAIL, J. **Gender, entrepreneurship and feminist scholarship:** building bridges and opening doors. International Small Business Journal, v. 38, n. 2, p. 153–163, 2020.
- McADAM, M.; TREANOR, L. **Intersectionality, race and entrepreneurship: exploring the lived experiences of Black women entrepreneurs.** Entrepreneurship & Regional Development, v. 34, n. 9–10, p. 726–744, 2022.
- MEHTA, R.; SARPONG, D. **Symbolic exclusion in women's entrepreneurial networks.** Journal of Business Research, v. 160, p. 113–128, 2023.
- THE INVISIBLE RACIALIZED MINORITY ENTREPRENEUR: **Using White Solipsism to Explain the White Space.** Journal of Business Ethics, 2022.
- TOWARDS INCLUSIVE ENTREPRENEURSHIP: **Addressing Constraining and Contributing Factors for Women Entrepreneurs in South Africa.** Administrative Sciences, v. 15, n. 1, p. 14, 2024.